

ABORDAGENS MARXISTAS SOBRE A IDADE MÉDIA, ALGUMAS QUESTÕES E EXEMPLOS

Chris Wickham¹

Abordagens históricas marxistas quase sempre foram controversas, frequentemente subversivas, às vezes revolucionárias. As abordagens marxistas à história medieval, entretanto, o são muito menos. Existe uma razão básica para isso: você não precisa ser muito de esquerda para achar o feudalismo injusto. Existe um número excepcionalmente pequeno de historiadores (apesar de eles existirem) que pensam que a Idade Média foi um período bom para se viver, especialmente se você fosse um camponês, o que era normalmente o caso de cerca de 90% da população, caindo para 70% em áreas altamente urbanizadas (mas ser pobre em uma cidade era pior), e subindo para 95% em algumas áreas como, na Europa, a Escandinávia. E pouquíssimos historiadores acham que a razão fundamental pela qual a sociedade camponesa era injusta não era relacionada ao fato de os excedentes produzidos por camponeses serem tomados por senhores, com pelo menos o uso subentendido da força. Estas visões não são controversas nem mesmo entre a extrema direita nos Estados Unidos: um dos mitos fundadores de todos os americanos do Norte é o de que eles se revoltaram contra uma Europa do *ancien régime*, que era frequentemente caracterizada como ‘feudal’ – a palavra foi popularizada, talvez até mesmo inventada, por Montesquieu para descrever aquela sociedade. No entanto, isso não quer dizer que exista uma grande historiografia explicitamente marxista efetivamente *escrita* sobre a Idade Média. Eu gostaria de começar minha discussão com o porquê disso. Eu irei argumentar que, na verdade, o paradigma marxista é bastante influente entre historiadores, mesmo que isso não seja muito reconhecido, e apesar de alguns problemas também decorrerem disso. Finalmente, eu pretendo expor o que me parecem ser as questões chave a serem enfrentadas por pesquisadores, especialmente se eles quiserem no futuro ser teoricamente mais conscientes do que frequentemente o foram no passado, especialmente nos últimos anos.

¹ Christopher Wickham é *Chichele Professor of Medieval History* e *Fellow* do *All Souls College* da Universidade de Oxford.

Marx não foi muito interessado na Idade Média; de uma maneira geral, ele frequentemente deixou a história para Engels. Mas, como é bem sabido, em suas *Formen*, ou ‘Formações econômicas pré-capitalistas’, parte dos (não publicados) *Grundrisse*, ele expôs um breve relato estrutural das economias pré-capitalistas, e isso tem sido amplamente discutido e rediscutido desde então. A tradição Engelsiana mais tarde popularizou a ideia de que teriam existido cinco estágios básicos de desenvolvimento histórico, o ‘comunal primitivo’, o modo de produção escravista, o feudal, o capitalista e o socialista. Houve muita discussão sobre outros modos, que pareceram plausíveis à luz de observações dispersas de Marx em cartas e outros escritos: o antigo, o germânico, o eslavônico e, acima de todos, o modo de produção asiático. Estes modos pareceram oferecer maneiras diferentes de explicar como se deu a ultrapassagem do comunismo primitivo, no caso dos três primeiros, e no caso do modo de produção asiático uma forma de ou explicar o fracasso da Ásia em realizar a transição para o capitalismo ou de explicar o fracasso em daquela região em oferecer uma alternativa possível para um modelo social que era claramente eurocêntrico. Esta tradição foi absorvida pelo Stalinismo, e por volta da metade do século passado todo debate sobre estes estágios era um metadébate sobre o Stalinismo. Isso, por outro lado, abriu caminho para a expressão aberta de versões religiosas do marxismo, que atingiram seu apogeu na Europa Ocidental no momento Althusseriano dos anos 1970 – um momento tendencialmente antistalinista, mas assim mesmo preso à criação de regras a respeito do que poderia constituir um modo de produção e da relação entre modo de produção e formação social, regras que eram essencialmente interpretações teológicas de frases casuais dos pais fundadores.

Eu sou um historiador, não um filósofo e menos ainda um teólogo, e apesar de ter sido um estudante de pós-doutorado em meados dos anos 1970 e de ter fielmente tentado entender Althusser com meus amigos, nunca consegui aceitar a indiferença de quase todos os praticantes desse tipo de estudo teórico perante o passado em si. Eu era muito mais atraído pelo interesse de historiadores como Rodney Hilton no Reino Unido, ou Guy Bois na França, ou Robert Brenner nos Estados Unidos, que procuravam entender como a sociedade camponesa medieval efetivamente funcionava, como suas estruturas operavam e, de modo mais geral, como a lógica econômica do próprio sistema

feudal funcionava. Afinal, você não podia ter uma visão marxista do passado (como eu tinha, e tenho) se não pensasse que a lógica econômica do capitalismo não era universal, e que, se não o era, então nos períodos pré-capitalistas uma outra lógica deveria ter existido em seu lugar. Como isso se deu é algo que teria que ser estudado empiricamente, apesar de tal conhecimento empírico ter de ser informado pela teoria, como em qualquer outra ciência social. Foi o que eu mesmo procurei fazer, na verdade; e eu voltarei a esse ponto mais tarde. Mas o mundo mudou enquanto eu o fiz, e esse é o primeiro ponto que pretendo explorar aqui.

Na História Medieval, como em outras áreas da História, houve um achatamento da carga ideológica do debate aproximadamente depois de 1980, e ainda mais depois de 1990. As pessoas ainda podem ser tão rudes umas com as outras, como elas sempre foram, é claro, inclusive a respeito de macrointerpretações históricas, tal como, nos anos 1990, se deu no debate sobre a ‘revolução feudal’ que pode ou não ter ocorrido na Europa Ocidental por volta do ano 1000. Mas aquele debate, apesar de certamente ter raízes estruturais em alguns argumentos marxistas tradicionais, e apesar de ter tido uma significância simbólica considerável para alguns de seus participantes, não tinha praticamente nenhum conteúdo político explícito. Tudo teria sido muito diferente duas décadas mais cedo, como o foi de fato: o ‘debate Brenner’ do final dos anos 1970, sobre o papel dos conflitos de classe na determinação de diferentes caminhos para o desenvolvimento socioeconômico nas diversas partes da Europa após a Peste Negra, apesar de essencialmente embasado em discordâncias empíricas e estruturais, possuía uma forte conotação política, e tanto os marxistas quanto os não marxistas que participaram deste debate tinham interesse em identificar-se enquanto tal.² A primeira coisa a fazer aqui é tentar identificar exatamente o que é que mudou.

Me parece que na História Medieval, mas não só nela, existem quatro elementos nessa transformação. O primeiro é que o mundo dos historiadores se tornou menos dividido ideologicamente, ao menos na Europa Ocidental, que eu conheço melhor, e na qual irei me concentrar. Uma boa década antes das

² Para o debate sobre a ‘revolução feudal’, ver as referências citadas em C. Wickham, ‘Le forme del feudalesimo’, *Settimane di studio del Centro italiano di studi sull’alto medioevo*, 47 (2000), pp. 15-51, na p. 27n. Para o ‘debate Brenner’, ver T. H. Aston e C. H. E. Philpin (eds.), *The Brenner debate* (Cambridge, 1985), que reúne as contribuições, todas publicadas pela primeira vez em *Past and present*.

convulsões no Bloco Oriental em 1989-1992, na verdade por volta de 1980, a luta política foi drenada do interior da academia, por várias razões. Na Grã-Bretanha, o ataque do governo conservador dos anos 1980 contra os valores acadêmicos minimizou um número substancial de rivalidades internas; na Itália a revulsão contra o terrorismo e uma eventual percepção de que a revolução não era de forma alguma iminente levou a um quietismo político entre acadêmicos, que durou uma década ou mais; na França a morte repentina ou o eclipse de tantos gurus estruturalistas em 1980-1981 coincidiu com a eleição surpreendente de um governo de esquerda e o início de um mundo no qual os compromissos pragmáticos da política de poder pesavam mais do que as pregações ideológicas que haviam sido dominantes até o final dos anos 1970; e, em todos os lugares, a geração que havia crescido nas barricadas universitárias de 1968 e depois conquistou seus empregos, envelheceu, e – independente de sua visão política – passou a ser vista como menos ameaçadora por seus pares mais tradicionais. A única exceção importante na Europa foi a Espanha, cuja trajetória pós-franquista deixou um enorme abismo entre intelectuais marxistas, geralmente mais progressistas, e outros mais tradicionalistas, algo que ainda existe hoje – o marxismo ainda é influente nas universidades de lá, mesmo entre medievalistas. Fora da Europa isso também podia ser visto em países como Índia, África do Sul, Turquia, Brasil e Argentina, que possuem alguns paralelos com a Espanha em sua trajetória. Eu preciso dizer que eu não havia percebido a conjuntura de 1980 na época, e minha incursão mais explícita na teoria marxista na época foram dois artigos sobre a queda do Império Romano, datados de 1984-1985: tardiamente fora de moda, vocês podem achar agora.³ E foi isso o que se viu: os artigos não tiveram quase nenhum impacto político. Eles foram normalmente vistos como exemplos neutros de análise estrutural, com as pessoas sendo gentis, ao invés de entusiasmadas ou hostis a respeito de seu conteúdo político explícito – a maior exceção sendo em países de língua espanhola. O mesmo é verdade para meu livro recente sobre o desenvolvimento socioeconômico da Alta Idade Média, que eu apresentei explicitamente em um quadro intelectual marxista, às vezes para a surpresa de pessoas que eu conhecia bem.⁴

³ C. Wickham, *Land and power* (London, 1994), pp. 7-75 republica ambos.

⁴ C. Wickham, *Framing the early middle ages* (Oxford, 2005).

Essa foi em minha opinião a maior mudança entre os historiadores; o colapso da União Soviética contribuiu muito menos, exceto em termos de moda. Eu não consigo pensar em nenhum medievalista ocidental cuja visão tenha sido alterada por ele, apesar de isso ser diferente nos países imediatamente envolvidos, é desnecessário lembrar. Mesmo assim, essa mudança enorme teve implicações para os marxistas. Ela levou ao abandono imediato da maioria das versões religiosas do Marxismo, que por muito tempo tinham obstruído versões mais críticas do paradigma – essa foi uma mudança para melhor. Ela impôs a todo marxista sério a tarefa de explicar uma mudança tão repentina em termos marxistas (apesar de isso não ter sido tão difícil: como comentou Eric Hobsbawm também, para usar a terminologia de Marx em 1859, os rápidos desenvolvimentos das forças produtivas representados pelas ofertas aos consumidores e as primeiras duas gerações da revolução informática estavam, por volta do fim dos anos 1980, em séria contradição com as relações sociais de produção soviéticas, que tinham sido desenvolvidas para um momento diferente, o da industrialização primária, e que se mostraram incapazes de mudar).⁵ E a moda não é irrelevante: nenhuma nova geração de teóricos marxistas apareceu na maioria dos países europeus durante os anos 1990. Mas, a despeito disso tudo, foi 1980 que marcou a maior mudança; 1989 apenas confirmou a tendência.

Um terceiro elemento é simplesmente que a própria história econômica e social começou a sair de moda nos anos 1980, ao menos entre a vanguarda historiográfica, e novos movimentos, como a história cultural, a história do gênero e análises do discurso tinham muito menos influência da teoria marxista, que sempre havia sido mais fraca nessas áreas. As pessoas deixaram de ler Althusser ou Poulantzas, entre os teóricos franceses, e começaram a ler Foucault, Derrida, Bourdieu – esquerdistas, certamente, mas não marxistas clássicos em qualquer sentido do termo (apesar de que, para ser justo, Derrida, irritado com o achatamento político dos anos 1990, fez o que lhe foi possível para reinstaurar Marx como um pensador pós-estruturalista em 1993).⁶ Dentre

⁵ Ver E. J. Hobsbawm, *The age of extremes* (London, 1994), pp. 496-9. Este ponto – enfatizado como uma questão separada pelas vendas das memorabilia soviéticas – sustenta o aumento da percepção de que todos os fatos e personagens de grande importância na história mundial ocorre, como se diz, três vezes: a primeira vez como uma tragédia, a segunda como farsa e a Terceira como mercadoria.

⁶ J. Derrida, *Specters of Marx* (New York, 1994), e.g. pp. 92, 174.

os grandes pensadores marxistas do passado, o único a manter uma real influência é Gramsci, em parte por causa de sua notável inteligência e originalidade, mas também porque, além disso, ele foi um teórico da cultura. Historiadores sociais e econômicos, alarmados com tudo isso, começaram a se unir a despeito de suas antigas inimizades e, em geral, têm se mantido juntos desde então; a maior clivagem agora é entre um ramo da História econômica e social que busca seus modelos na História e outro que se vê como um ramo da economia, o qual inclui poucos medievalistas.

O quarto elemento é tão importante quanto o primeiro, e os dois estão relacionados: explicações históricas se tornaram muito mais ecléticas. Tomemos a história econômica da Inglaterra no final da Idade Média como um exemplo: o influente livro sobre comercialização de Richard Britnell, de 1993, pode ser situado em um quadro interpretativo dos fatores de transformação econômica que recua a Adam Smith, terminando com um reconhecimento explícito da importância causal das ênfases de Marx nas desigualdades de riqueza e poder, e em sua segunda edição ele ficou satisfeito em localizar seus argumentos no enquadramento do ‘debate sobre a transição’ marxista. O panorama sobre a sociedade inglesa publicado por Steve Rigby em 1995 colocou grande peso em explicações malthusianas e especialmente marxistas; mas ele as situou em um quadro interpretativo mais geral, derivado da teoria do ‘fechamento’ (*closure*) de Frank Parkin e da sociologia do poder de Garry Runciman, nenhum deles próximos de serem marxistas. O levantamento de modelos econômicos sobre o período, de John Hatcher e Mark Bailey, de 2001, coloca um modelo malthusiano, um marxista, e o modelo de comercialização no mesmo plano, e conclui dizendo que, dadas as complexidades do desenvolvimento socioeconômico real, nós deveríamos simplesmente utilizar os três. Fora da história inglesa, Lorenzo Epstein, Pierre Toubert e Luciano Palermo mostram uma variedade de fontes teóricas semelhante para os seus trabalhos.⁷ Esse ecletismo tem uma consequência importante. Tome um debate internacional de grande escala como aquele sobre a protoindustrialização: muitos de seus

⁷ R. H. Britnell, *The commercialisation of English society*, 1st edn. (Cambridge, 1993), pp. 230-1; 2nd edn. (Manchester, 1996), pp. 233-7; S. H. Rigby, *English society in the later middle ages* (Manchester, 1995), esp. pp. 1-14; J. Hatcher and M. Bailey, *Modelling the middle ages* (Oxford, 2001); S. R. Epstein, *Freedom and growth* (London, 2000), esp. pp. 49-52; P. Toubert, ‘Les féodalités méditerranéennes’, in *Structures féodales et féodalisme dans l’Occident méditerranéen (X^e-XIII^e siècles)* (Rome, 1980), pp. 1-13, at pp. 3-4; L. Palermo, *Sviluppo economico e società preindustriali* (Rome, 1997).

teóricos iniciais nos anos 1970 se expressaram em termos claramente marxistas, com certeza, mas agora não se trata apenas de a carga ideológica ter sido perdida, como eu observei no início, mas também de que precisamos nos esforçar mais para definir quais são os pressupostos fundamentais de cada autor contribuindo para o debate, e em muitos casos nunca podemos ter certeza.⁸

Então nós vivemos uma situação em que poucas pessoas na Europa escrevendo atualmente sobre a Idade Média se exprimem em termos marxistas, mesmo em países como a Itália e a França, onde muitos dos historiadores em questão votam em partidos da extrema esquerda. Mas isso não quer dizer que interpretações essencialmente marxistas tenham sido abandonadas. Na verdade eu quero afirmar justamente que, na história econômica e social da Idade Média, as ideias marxistas estão longe de serem mortas ou moribundas, elas na verdade estão em toda parte. De um certo modo, Marx simplesmente se tornou um teórico social do passado cujas ideias podem ser utilizadas, como Malthus, Smith, ou Weber. Nós todos usamos os métodos de cada um, ao mesmo tempo em que rejeitamos suas demonstrações empíricas; o mesmo se dá com Marx. Mas Marx permaneceu o mais central de todos, na prática da História Medieval. Por quê? Me parece que isso é porque, dos grandes teóricos sociais, Marx é justamente aquele que enfrentou as realidades da exploração e as analisou; como quase ninguém que estuda a sociedade ou a economia medieval deseja negar a realidade da exploração de camponeses (ou artesões), eles se baseiam em Marx, ou em autores influenciados por Marx, nos seus paradigmas de compreensão básicos – para utilizarmos uma expressão kuhiana.⁹ O que aconteceu, no entanto, é que eles foram ‘normalizados’. Nós perdemos as imagens de uma guerra fria entre interpretações históricas marxistas contra aquelas ‘burguesas’, lutando para sempre, a despeito dos muitos empréstimos mútuos, e apesar do respeito pessoal que membros de um campo sentiam pelos praticantes de outro (entre Georges Duby e Guy Bois, por exemplo). Ao invés disso, eu conheço conservadores explícitos que usam categorias e modos de análise marxianas, e alguns deles se dão conta, ao menos em parte, de que é isso o que estão fazendo.

⁸ Compare a problemática marxista geral em P. Kriedte, H. Medick, J. Schlumbohm, *Industrialization before industrialization* (Cambridge, 1981), e.g. pp. 6-11, com as perspectivas em S. C. Ogilvie and M. Cerman (eds.), *European proto-industrialization* (Cambridge, 1996).

⁹ T. Kuhn, *The structure of scientific revolutions* (Chicago, 1962).

De uma certa forma, é assim que deveria ser; a história ganha com o pluralismo, e perde quando seus praticantes simplesmente berram uns contra os outros. De outra forma, isso é um recuo. Em parte porque a história é melhor quando tem uma ‘mordida’, uma aresta desconfortável, um fio crítico. (A história de gênero é a única arena que manteve esse viés subversivo, e eu espero que continue a fazê-lo). Mas o recuo de um debate explicitamente marxista também está ligado, e isso é mais problemático, a um recuo em relação a abordagens teóricas consideradas mais cuidadosamente. Eu não estou falando de uma recusa em se construir modelos, o que existe na maioria dos casos em história econômica e social, mas que os modelos apresentados hoje em dia tendem a ser de um alcance teórico apenas mediano (ou tático). As pessoas de maneira geral estão muito menos comprometidas em afirmar quais são seus pressupostos mais profundos, estratégicos, e a não ser que o façam nem elas nem ninguém irá interrogá-las sobre isso adequadamente. O debate sobre a ‘revolução feudal’ sofreu de maneira fatal desta indefinição conceitual, exatamente por esta razão. Historiadores normalmente defendem esse procedimento através de um ataque vigoroso contra explicações monocausais para mudanças socioeconômicas. O que está bem para mim; mas causas também são hierárquicas, e têm relações intersistêmicas, que também precisam ser exploradas. Variantes sofisticadas do Marxismo têm esse tipo de elemento sistêmico; é por isso que foram poderosas, e é por isso que permanecem convincentes no meu ponto de vista. Além disso, se o Marxismo é um paradigma no sentido kuhniano, ele só pode ser substituído – se você quiser fazê-lo – por outros paradigmas, que podem superá-lo porque são capazes de explicar mais anomalias e reunir mais teorias de alcance mediano em uma estrutura coerente, como Einstein substituiu a física Newtoniana. A menos que você seja consciente teoricamente, você não poderá adquirir uma consciência de com qual paradigma você está operando; e se você não tiver essa consciência, você não pode desafiar o paradigma. O pluralismo atual não me parece estar contribuindo muito para fazer isso; é um desafio que está sendo desperdiçado.

Esse é, então, um dos maiores problemas que enfrentamos no presente: uma falta de consciência generalizada das categorias conceituais e seus paradigmas. Historiadores tendem a evitar a teorização; essa é uma das características mais distintivas da disciplina, na verdade. Mas é também um de

seus pontos fracos, pois o comprometimento de historiadores com o modo expositivo empiricista muito frequentemente esconde seus pressupostos teóricos não apenas de outros, mas deles mesmos. Em consequência, historiadores podem cair em argumentos contraditórios, e correm o risco de serem incoerentes, em geral; debates históricos inteiros dependeram, em algumas ocasiões, de pressupostos teóricos que eram indefensáveis, e que teriam sido imediatamente vistos como tais se tivessem sido expostos de forma articulada. Eu escrevi meu próprio estudo da economia alto-medieval em parte por raiva com essa indefinição conceitual. No livro, uma vez que ele cobre a história de uma dúzia de países na Europa e no Mediterrâneo, a maioria dos quais tinha sido estudada em isolamento até então, eu estava preocupado em atacar principalmente os paradigmas implícitos e nacionalistas usados por um número grande demais de historiadores, mas o mesmo também é verdade para as ferramentas básicas da análise da ação econômica e social. Fazer os historiadores mais conscientes dos paradigmas dentro dos quais eles operam permanece um desafio crucial; se, considerando-se o *habitus* dos historiadores, as coisas sempre continuarão a ser como foram, isso não é motivo para desistirmos dessa tarefa, e eu posso imaginar que eu, ao menos, devo continuar essa batalha particular pelo tempo que eu for capaz.

*

Para a segunda parte desta palestra, eu gostaria de ser mais propositivo, e discutir algumas das questões cruciais que eu vejo perante uma historiografia marxista teoricamente consciente da Idade Média. Todas elas lidam com um problema que me parece central para todos os historiadores da Europa Medieval, e também da Ásia, partes da África e América: qual é a lógica econômica do modo de produção feudal, e como esta lógica pode mudar ou não, em resposta a situações de crescente complexidade econômica. Para deixar claro por que é que eu considero este o problema central, eu gostaria de levantar aqui uma questão básica, que todos vocês que não são medievalistas podem ter no fundo de suas mentes enquanto me escutam: por que é que qualquer pessoa gostaria de saber mais sobre o modo de produção feudal? Existem duas razões, no meu entender. Uma é que um dos objetivos de Marx era mostrar que as 'leis' econômicas do capitalismo não são universais e nem eternas, mas sim específicas de um único modo de produção. Ele foi poucas vezes tão explícito em

seus escritos, mas todas as suas análises dos modos pré-capitalistas assumem isso, como também, é claro, sua premissa e esperança de que o capitalismo seria eventualmente superado. Marx também o disse em algumas ocasiões, ao menos de uma forma oblíqua, como na segunda edição do *Capital*, volume 1, quando ele citou extensamente a resenha da primeira edição (anônima) de I. I. Kaufman, originalmente em russo, que diz que “na opinião [de Marx] todo período histórico possui suas próprias leis”; Marx descreveu esta resenha como *treffend*, ‘impressionante’.¹⁰ Tendo isso em mente, me parece útil e talvez até mesmo importante desenvolver uma imagem tão clara quanto possível das leis econômicas – eu prefiro o termo lógica econômica – do modo de produção não capitalista mais substancial e mais duradouro que jamais existiu na História desde o aparecimento de hierarquias de classe, ou seja, o feudalismo. Pois essa é a segunda razão pela qual eu quero discutir o modo de produção feudal aqui; na minha visão, o feudalismo dominou quase toda a história humana desde que as sociedades com classe apareceram. Os sistemas baseados em taxas estatais ou tributos que foram tão comuns em tantos lugares, da China até o Império Romano, até o México Asteca, foram todos baseados acima de tudo na extração de excedentes de famílias camponesas como produtores primários, assim como o foram os sistemas de senhorio na Europa Ocidental Medieval. Alguns dos autores que têm argumentado que esse mesmo modo de produção existiu em áreas e períodos muito mais amplos, como Samir Amin e John Haldon, o chamaram de modo ‘tributário’; eu prefiro a terminologia feudal, mas as diferenças não são grandes para além disso. Eu discuti estes assuntos em outras ocasiões, e não quero me repetir hoje, mas meu ponto principal é que, se todas estas sociedades no Ocidente Medieval, na Ásia, e em outros lugares, podem ser vistas como parte do mesmo modo de produção, elas terão portanto a mesma lógica econômica subjacente.¹¹ Como essa lógica funcionou é portanto um elemento necessário para destrinchar a história econômica de seções substanciais do passado; e é isso o que faz esse assunto merecedor de estudo.

¹⁰ K. Marx, *Capital*, I, trans. B. Fowkes (London, 1976), pp. 100-2 (for *treffend*, K. Marx, *Das Kapital*, I, Berlin, 1947 [1867], p. 27).

¹¹ Eu costumava ver a exploração baseada em taxa e a baseada em senhorio como diferentes em modalidade, mas mudei minha visão aqui. J. Haldon, *The state and the tributary mode of production* (London, 1993) tem sido bastante influente na minha visão atual, e é o melhor guia para ela. Ele prefere chamar modo ‘tributário’, não ‘feudal’, mas a diferença aqui é apenas terminológica.

A lógica econômica de um modo de produção inclui, é claro, sua dinâmica subjacente, assim como os modos mais imediatos como produtores, exploradores e consumidores reagem a riscos, limitações, oportunidades, mudanças na disponibilidade e preços de produtos, e por assim vai. Não há uma razão específica pela qual essa lógica deveria ser a mesma em sistemas econômicos diferentes, como entre o modo feudal e o capitalismo. Eu não quero cair na armadilha do substantivismo extremo, os argumentos de Karl Polanyi, e ainda mais os de seus seguidores e nem os de tradições marxistas mais românticas, de que *nenhuma* 'lei' econômica é universal, de forma que mesmo a interação entre oferta e demanda é historicamente contingente. Mas não me parece nada implausível que o modo como a tecnologia e o processo de trabalho, de um lado (as forças produtivas na terminologia marxista), interagem com exploração e resistência, do outro lado (as relações sociais de produção de Marx), é dependente da lógica econômica de modos específicos. Inicialmente, o modo como o processo de trabalho é explorado é estruturalmente diferente de um modo para o outro. No capitalismo, o capitalista controla o processo do trabalho diretamente e a realidade da exploração da força de trabalho – juntamente com a possibilidade de que a natureza social da produção possa não requerer essa exploração – é escondida pela aparente natureza livre do contrato de trabalho; no feudalismo, são os produtores (normalmente famílias camponesas, às vezes pequenos artesãos) que controlam o processo de trabalho, e o excesso é extraído de forma completamente aberta, independente do quanto é justificada por ideologias locais. Dadas estas especificidades, eu tenho por muito tempo permanecido resistente a argumentos abstratos sobre como 'O' modo de produção deve funcionar, se ele tende a enfatizar as relações de produção (como na tradição althusseriana, ou em muito dela) ou se ele enfatiza a prioridade das forças produtivas (como no trabalho de Jerry Cohen).¹² Ao invés disso eu *suponho*, como ponto de partida, que diferentes modos de produção são diferentes, e descubro similaridades estruturais mais tarde.

¹² Para althusserianos, ver B. Hindess e P. Q. Hirst, *Pre-capitalist modes of production* (London 1975), pp. 9-10, 12; Étienne Balibar em L. Althusser and É. Balibar, *Reading capital*, trans. B. Brewster (London, 1970), pp. 201-308, é menos explícito, mas certamente argumenta na mesma direção (e.g. pp. 297-8). Para a visão oposta, G.A. Cohen, *Karl Marx's theory of history. A defence* (Oxford, 1978), esp. pp. 134-74. Cohen tem sido criticado, por exemplo, por R. Brenner, 'The social basis of economic development', em J. Roemer (ed.), *Analytical Marxism* (Cambridge, 1986), pp. 23-53, at pp. 40-7, e S.H. Rigby, *Marxism and history* (Manchester, 1987), esp. pp. 92-142, críticas de historiadores que para mim, como um historiador, funcionam.

Eu vou começar falando em mais detalhe sobre quais são efetivamente as linhas básicas do modo de produção feudal, para que vocês possam ver por que é que historiadores o abordaram de modos diferentes. Ele tem em seu centro a unidade familiar camponesa, ou a família de artesãos em tempo integral ou parcial. Na maior parte da história humana desde que a agricultura sedentária foi desenvolvida, a produção agrícola – majoritariamente dominante até a Revolução Industrial – foi controlada por estas famílias, em primeiro lugar para sua própria subsistência. Em sociedades de classe, camponeses tinham que dar partes de seus excedentes para poderes exteriores, sob a ameaça de força. Estas partes eram variáveis, e dependiam da intensidade efetiva ou potencial da luta de classes. Tais poderes exteriores podiam ser Estados, extraindo taxas como tributos, ou proprietários de terras, extraindo aluguel, ou ambos. Camponeses possuíam a terra, mas eles nem sempre – em muitas regiões e períodos raramente – tinham direito de propriedade sobre ela. Aluguel, e mesmo taxas, podiam ser cobrados na forma de trabalho na terra cultivada diretamente pelo senhor (seu ‘*demesne*’ [manso senhorial]) ou em estradas públicas ou diques, ou podiam ser cobrados em produtos (o padrão normal em todas as sociedades); apenas se trocas fossem suficientemente complexas ele seria cobrado em dinheiro, pois camponeses teriam que ser capazes de vender seus produtos sistematicamente para conseguir as moedas para isso. Trocas podiam ser altamente desenvolvidas, e camponeses podiam produzir substancialmente para o mercado, mas eles tinham que estar certos de sua subsistência em primeiro lugar; a venda de colheitas pura e simples era praticamente desconhecida no feudalismo, e de fato permaneceu rara até o século XX, mesmo no capitalismo. Estes são padrões que podem ser encontrados difusos na História da Eurásia, e mesmo muito além. Eles existiram quando Estados foram fortes, como sob os impérios Romano e Bizantino, e no século XVI na Europa, e também quando foram fracos, como no Ocidente Medieval, enquanto o poder senhorial permaneceu dominante.

O modo de produção feudal podia também coexistir com outros modos. Estes podiam ser não exploratórios, como o que Marx e Engels chamaram de ‘arcaico’, ou ‘comunal primitivo’, no qual a extração de excedentes era ausente ou assistemática (na Europa Medieval, este ‘modo camponês’, como prefiro chamá-lo, existiu em grande parte da Europa do Norte e, em locais isolados,

mesmo nas antigas províncias romanas da Europa meridional; ele durou até o período moderno em partes da Escandinávia Meridional). Outros foram exploratórios, mas possuíam diferentes relações de produção, o modo escravista com a escravização completa e manutenção dos produtores primários (isso foi raro na História, entretanto, e foi o produto de condições especiais), e o modo capitalista, com sua força de trabalho assalariada, normalmente livre. Praticamente o único legado duradouro do momento althusseriano na historiografia marxista foi o reconhecimento de que modos de produção podem coexistir, mas que apenas um deles irá dominar a lógica econômica do sistema socioeconômico (a ‘formação social’) como um todo. Enquanto o modo feudal durou, o que foi por milênios em alguns lugares, o trabalho assalariado, em particular, foi comum; só que a lógica de seu uso foi dominada pelos ciclos econômicos do feudalismo. A dominância das relações feudais só acabaria quando o campesinato começou a ser empurrado de suas terras (ou as tiveram compradas), e os grandes proprietários locais ou aqueles em posse da terra começaram sistematicamente a *substituí-los* por trabalhadores assalariados, que é o que Marx descreveu em *O Capital*, em seu capítulo sobre a ‘acumulação primitiva’, e que fundamenta seu relato da transição para o capitalismo, junto com processos paralelos na manufatura; uma vez que uma lógica capitalista veio a dominar uma dada região econômica, a transição estava completa.

Esse relato é inespecífico quanto ao que efetivamente era a lógica econômica do modo de produção feudal, todavia; e aqui eu devo admitir que ainda não passei da metade do caminho rumo ao que seria uma resposta sobre como essa lógica funcionava. Mas o mesmo é verdade para outros relatos, no meu modo de ver. O trabalho mais sistemático feito foi sobre a teoria do preço, por exemplo por Witold Kula ou Luciano Palermo ou Julien Demade – com preços sendo mais fáceis de tabular e analisar do que outros elementos do sistema; a melhor tentativa de uma análise sistêmica, a de Guy Bois, é muito específica para um local e período, a Normandia do século XV.¹³ Essa é a maior tarefa que temos pela frente, em toda a história econômica do pré-capitalismo, na verdade. Mas o que eu expus até aqui pode ao menos ajudar a esclarecer o

¹³ W. Kula, *Teoria economica del sistema feudale*, trans. B. Bravo e K. Zaboklicki, (Turin, 1970 [1962]); Palermo, *Sviluppo economico*; J. Demade, *Ponction féodale et société rurale en Allemagne du sud (XIe-XVIIe siècles)*, Thèse de doctorat, Université Marc Bloch (Strasbourg II), 2004, esp. pp. 352-420 (mas as publicações desse importante trabalho vão bem mais além da teoria do preço); G. Bois, *The crisis of feudalism* (Cambridge, 1984), esp. pp. 391-408.

contexto no qual podemos abordar esse problema. Aqui, eu quero desenvolver dois exemplos separados do tipo de questão que devemos confrontar se quisermos ter uma visão compreensiva do funcionamento interno do modo feudal: a relação entre forças produtivas e relações sociais de produção, quando vista empiricamente – aqui eu irei discuti-las no contexto da Europa do medievo-tardio; e a questão de o quanto o modo feudal desenvolvido tendeu ao equilíbrio ao invés de à mudança social e à eventual desintegração – e aqui quero fazer uma série de comparações breves entre a Europa e a Ásia.

A tradição anglo-americana de história econômica baixo-medieval, Maurice Dobb, Rodney Hilton, Robert Brenner, todos enfatizaram ou enfatizam acima de tudo a relação coerciva entre camponeses e senhores, a luta de classes quanto aos direitos de propriedade e as rendas, e o enquadramento no qual rendas eram estabelecidas. Eles viram a dinâmica do feudalismo essencialmente nestes termos.¹⁴ Na França, Guy Bois, mais estruturalista em tom (ele criticou Brenner por seu ‘voluntarismo’ e falta de interesse nas leis do desenvolvimento do modo feudal, no ‘debate Brenner’ dos anos 1970), viu a despeito disso em seu trabalho sobre a Normandia a luta de classes como parte intrínseca de uma tendência medieval ocidental geral de o lucro rural dos senhores cair em períodos de crescimento, o que foi um elemento central em sua influente discussão da dinâmica econômica do feudalismo, na qual – uma vez mais – mudanças tecnológicas e produtivas raramente apareceram.¹⁵ Na Alemanha, a importante (mesmo que intencionalmente abstrata) caracterização da *Struktur und Dynamik* do feudalismo, de Ludolf Kuchenbuch e Bernd Michael, também deixou pouco espaço para as forças produtivas (e mesmo, apesar do título, para as dinâmicas do modo feudal, exceto em uma breve passagem sobre Bois no final de seu artigo), e eles deliberadamente evitaram a própria imagem das forças produtivas-relação de produção.¹⁶ Essencialmente, o que todos estes historiadores argumentaram, ou acreditaram que suas fontes lhes permitia

¹⁴ M. Dobb, *Studies in the development of capitalism* (London, 1946); R. Hilton, e.g. ‘Introduction’ to P. Sweezy et al., *The transition from feudalism to capitalism* (London, 1978), pp. 9-29, at pp. 26-9; R. Brenner, ‘Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe’, *Past and present*, 70 (1976), pp. 30-75.

¹⁵ Bois, *The crisis of feudalism*; G. Bois, ‘Against the neo-Malthusian orthodoxy’, *Past and present*, 79 (1978), pp. 60-9, at p. 67.

¹⁶ L. Kuchenbuch e B. Michael, ‘Zur Struktur und Dynamik der ‘feudalen’ Produktionsweise im vorindustriellen Europa’, in iidem (eds.), *Feudalismus – Materialien zur Theorie und Geschichte* (Frankfurt, 1977), pp. 694-761. Esse artigo permanece como a melhor análise descritiva do modo feudal.

supor, é que a mudança tecnológica foi majoritariamente marginal no período medieval; daí, por exemplo, ocorreram as crises de subsistência da Europa Ocidental do início do século XIV. No campo, no majoritariamente dominante setor agrícola, eram camponeses e não seus senhores que faziam as escolhas sobre como cultivar a sua terra, e, quando os senhores conseguiram intervir nestas escolhas (como, novamente, com trabalho forçado dirigido, ou às vezes com trabalho assalariados, por camponeses na *demesne* de senhores, no sistema manorial), esta intervenção foi complicada para se estabelecer, e sempre teve a tendência a se quebrar – *demesnes* eram facilmente divididos, na História Medieval, entre tenências de camponeses pagando rendas, e o processo de trabalho retornou para o controle camponês. E esta dominância camponesa da produção teve um efeito negativo na mudança tecnológica, pois camponeses eram vistos nesta tradição histórica como aversos ao risco e portanto resistentes à inovação; qualquer desenvolvimento agrícola que requeria a cooperação para além da família era improvável, exceto por uns poucos avanços no nível da aldeia, e seria apenas quando a dominância camponesa da produção fosse desenraizada que avanços tecnológicos seriam possíveis.

Esta imagem do modo feudal cuja dinâmica era essencialmente aquela do conflito entre camponeses e senhores tem, devemos reconhecer, sido desafiada em diversos sentidos, em anos recentes. Para a Inglaterra, Richard Britnell e Chris Dyer, ambos influenciados pelo Marxismo, têm, entre outros, argumentado em favor de um considerável desenvolvimento comercial na Idade Média central e tardia, e em favor de um investimento produtivo com um olho no mercado, por todas as classes sociais, incluindo o campesinato, particularmente seus estratos superiores (por exemplo, em silos para melhor armazenamento, e cavalos para o arado). O trabalho assalariado parece agora ter sido o elemento básico de, segundo alguns, um terço, segundo outros, metade da população da Inglaterra (e mais em algumas áreas), a partir de pelo menos 1300, apesar de não ter passado deste nível antes do século XVI, pelo menos. Para a Europa como um todo, Larry Epstein generalizou a partir de trabalhos deste tipo em uma direção mais explicitamente marxista, enfatizando inovações tecnológicas durante este mesmo período, apesar de ele ver sua ampla difusão pela Europa como tendo sido obstruída por custos de transação, dando destaque ao crescimento da protoindustrialização rural em muitos lugares.

Estes historiadores não subestimam o desenvolvimento das forças produtivas, por assim dizer (apesar de eles não usarem esta terminologia), mas eles também veem as relações sociais feudais como totalmente capazes de absorver tais desenvolvimentos: ‘até um certo ponto o feudalismo prosperou com o comércio’, na frase de Epstein.¹⁷

Este feudalismo tardo-medieval comercializado, aberto a muita inovação, inclusive por um campesinato menos avesso ao risco do que foi algumas vezes afirmado, é crescentemente diferente da imagem aceita há pouco tempo, nos anos 1970. Mas não há nada nos escritores que eu citei que diria que uma economia mais ativa e aberta, com inovação tecnológica e uma crescente divisão do trabalho, e elementos capitalistas na indústria rural e urbana, sejam *em si próprios* contraditórios com uma economia camponesa e à exploração feudal. Os altos níveis de trabalho assalariado na Inglaterra não mudaram por dois séculos; eles permaneceram um elemento estável de um sistema econômico dominado por uma lógica senhor-camponês, feudal, como Dyer observou recentemente. É verdade que quando o trabalho assalariado se difundiu ainda mais, e as plantações camponesas perderam sua dominância, o que, como Bas van Bavel mostrou, aconteceu em uma região particularmente ativa do delta do Reno, já por volta de 1600, a transição ao capitalismo estava pronta para começar.¹⁸ Na maior parte da Europa, no entanto, para além da Inglaterra e dos Países Baixos, mesmo com toda essa comercialização, tal transição não ocorreu antes do século XIX. Pode-se dizer que as relações sociais feudais foram muito eficientes em bloquear, ou obstruir, o desenvolvimento posterior das forças produtivas na maior parte da Europa, se alguém quiser falar em termos de entraves. Mas também pode ser dito que foram apenas as mudanças nas relações senhores-camponeses e a maior, crescente capacidade de proprietários de terras e produtores arrendatários de empurrar os até então camponeses para o trabalho assalariado, que singularizaram a Inglaterra e os Países Baixos, e não o maior desenvolvimento das forças produtivas nestes lugares, que só começou após a transição para o trabalho assalariado. Robert Brenner recentemente

¹⁷ Britnell, *The commercialisation of English society*; C. Dyer, *An age of transition?* (Oxford, 2005) – para cada um, esta é a única parte de seus extensos escritos sobre o tema; Epstein, *Freedom and growth*, citado da p. 50.

¹⁸ Dyer, *An age of transition?*, pp. 211-23, 245-6; cf. Britnell, *The commercialisation of English society*, 2nd edn., p. 234; B. van Bavel, ‘The transition in the low countries’, in C. Dyer *et al.* (eds.), Rodney Hilton’s middle ages, *Past and present*, supplement 2 (Oxford, 2007), pp. 286-303.

retornou às suas ideias antigas, à luz desta nova historiografia, e re-enfaticizou seu ponto de vista de maneira entusiasmada, seguindo esta linha; eu, pelo menos, me contento em segui-lo neste ponto.¹⁹ Esse é um debate empírico e não teórico, deve-se dizer; a relação estrutural entre a expropriação do campesinato e o desenvolvimento das forças produtivas inglesas ou europeias será eventualmente definida pela pesquisa histórica. Minha preferência pelo ponto de vista de Brenner, de que a transição foi motivada por uma mudança nas relações de produção, como Marx descreveu no *Capital*, é entretanto em larga medida baseada na força de sua perspectiva europeia comparativa, uma perspectiva que mesmo hoje em dia permanece rara. Me parece que ninguém irá avançar nesse tipo de análise a menos que mantenha a perspectiva mais comparatista o possível em mente.

Isso me traz ao meu ponto final, muito geral, sobre a maneira como a lógica econômica feudal funcionou no passado, que é sobre a relação entre equilíbrio e transição, entre continuidade e mudança. Uma característica da Eurásia, da China passando pela Índia e o Império Otomano, até as economias europeias, entre os séculos XIV e XVIII (e em alguns lugares antes e depois também), foi a produção de ‘alto equilíbrio’ e o sistema de trocas caracterizados por um setor comercial e artesanal muito ativo, com trocas inter-regionais abrangentes, incluindo em algumas regiões altos níveis de urbanização e/ou um alto nível de trabalho assalariado, além de uma ligação íntima e duradoura entre essa economia comercial e as estruturas do Estado. Esse sistema era economicamente complexo, mas se encontrava em equilíbrio, no sentido de que ele não precisava necessariamente mudar estruturalmente.²⁰ Era o produto de desenvolvimentos acumulados (inclusive em técnicas e outros aspectos das forças produtivas) internos ao feudalismo, que foram de toda forma baseados nas relações de produção camponesas e que não estavam em contradição com estas relações; pode-se argumentar que foram apenas desenvolvimentos contingentes, como a mudança no papel do trabalho assalariado (como eu acabei de descrever), e não alguma diferença estrutural intrínseca, que

¹⁹ R. Brenner, ‘Property and progress’, em C. Wickham (ed.), *Marxist history-writing for the twenty-first century* (Oxford, 2007), pp. 49-111.

²⁰ Para ‘alto equilíbrio’ ou ‘alto nível de equilíbrio’, ver T. Raychaudhuri, ‘Mughal India’, em idem e I. Habib (eds.), *The Cambridge economic history of India*, 1 (Cambridge, 1982), pp. 261-307, na p. 307. A expressão também é encontrada na forma ‘armadilha de alto nível de equilíbrio’, que reintroduz a ideia de bloqueio (ver M. Elvin, *The pattern of the Chinese past*, London, 1973, pp. 313-14, seguindo R. P. Sinha); eu eliminei isso.

empurraram um pequeno setor desta economia euro-asiática na Inglaterra rumo a uma transformação industrial completa, a mudança do feudalismo para o capitalismo. Alguns historiadores inclusive argumentaram que a passagem para o capitalismo dependeu de fatores muito próximos do acaso; o historiador da economia chinesa Kenneth Pomeranz é o maior proponente da visão de que foram fatores totalmente externos (principalmente os recursos do Novo Mundo) que fizeram a Inglaterra, e não a China centro-meridional, o núcleo da Revolução Industrial. Para testar essa afirmação, seria necessário saber mais sobre a economia chinesa do século XVIII do que eu sei; e talvez mais estudos serão necessários, pois Pomeranz não considerou as relações sociais de produção, o que me parece fundamental para a compreensão de qualquer período de transição. Mas ele descreveu para a China uma economia comercial muito desenvolvida que estava em equilíbrio, no sentido de que ela não precisava levar à industrialização – como de fato não aconteceu.²¹

Eu acabei de caracterizar esse equilíbrio, aplicado ao Norte e Oeste da Europa. Mais para o Sul e o Leste, o trabalho assalariado nas grandes oficinas urbanas de tecidos italianas dos séculos XIII ao XVI, apesar de totalmente capitalistas em suas relações de produção, não foi contraditório com a lógica feudal mais disseminada, como se pode ver mais facilmente no afastamento de proprietários de oficinas e seu retorno para a propriedade de terras no século XVI e mais tarde, quando a propriedade de terras pareceu mais segura, mais remuneradora e mais prestigiosa, resultando no fim da supremacia comercial italiana em quase todos os campos. Igualmente, a protoindústria rural do início da Idade Moderna na Europa central e meridional não deu origem à industrialização plena em lugar algum, e a maior parte dela desapareceu novamente quando empreendedores se refeudalizaram.²² E estes sistemas caracterizaram a Ásia também, de maneira mais marcante na costa ocidental da Índia e, como eu disse há pouco, na bacia do Yangtse na China, também sem que eles precisassem mudar. É verdade que uma vez que camponeses foram expropriados e substituídos pelo trabalho assalariado rural em qualquer região, o desenvolvimento comercial, incluindo mudanças tecnológicas, indubitavelmente ajudaria tal região a mudar seu modo de produção dominante

²¹ K. Pomeranz, *The great divergence* (Princeton, 2000).

²² Ogilvie and Cerman, *European proto-industrialization*, e.g. pp. 232, 237.

de feudal para capitalista. Ainda pode ser contingente que um sistema em equilíbrio de alto nível o tenha feito, ao invés de, ou antes de, algum outro, mas a transição nesse momento se torna um processo muito mais fácil de se imaginar. E por outro lado, no entanto, essa transição de forma alguma tinha que acontecer, e pode-se argumentar que a regra foi que ela não aconteceu.

Eu quero concluir tratando destes sistemas de equilíbrio de alto nível, e não com a transição para o capitalismo, porque eu me oponho a teleologias. Muita discussão da economia da Baixa Idade Média e do início da época moderna se deu em termos de ‘bloqueio do desenvolvimento’, da ‘armadilha’ de sistemas de alto nível de equilíbrio ou, na terminologia de Marx, ‘entraves’ ao desenvolvimento. Eu acho que isso é errado; de fato, uma das poucas coisas nas quais eu acho que Marx estava errado é em sua tendência à teleologia. Como com Darwin e a evolução, eu não vejo sistemas econômicos, ou mesmo a dinâmica de sistemas econômicos, como ‘naturalmente’ levando a algum lugar em especial, e eu sou contra interpretar qualquer um deles em termos do que se tornaram mais tarde.²³ Eu não quero seguir a longa tradição de historiadores ingleses da economia que procuraram apenas fatores exclusivos, quaisquer que fossem, que levariam à Revolução Industrial, ao invés de procurarem os elementos que fizeram a economia funcionar em qualquer uma de suas fases. O que eu penso é que são as *pessoas*, as ações das forças sociais, que fazem a passagem da dominância de um modelo para o outro, uma vez que condições mínimas tenham sido atingidas para essa transformação. Isso é verdade ainda hoje; e foi verdade no passado também – assim, no caso do modo feudal, por volta de 1700 e talvez já em 1500 em várias partes da Europa (mas não em 1100 ou em 800), com datas análogas para a China, depois do que as mudanças relevantes nas relações de produção *podem* ter ocorrido em muitos lugares. Da mesma forma, eu acho que se isso não tivesse ocorrido, então o equilíbrio de alto nível poderia ter facilmente continuado por séculos, lidando sem dificuldades com suas contradições, se elas existiam, uma vez que as formas de reprodução do modo feudal eram tão criativas quanto as do capitalismo em nossos dias. Uma vez que a mudança aconteceu, as coisas foram diferentes; o lado Darwiniano de Marx aparece aqui, com a lógica da economia capitalista rapidamente superando seus competidores. Mas uma das coisas, uma das

²³ Cf. W. G. Runciman, *A treatise on social theory*, 2 (Cambridge 1989), p. 449.

poucas coisas, que nós sabemos com certeza sobre a lógica econômica do modo de produção feudal é que ele tinha a capacidade de se perpetuar, durando milênios em algumas regiões. Ele também possuía grande dinamismo, mas sua capacidade de perpetuação e adaptação a novas situações são igualmente impressionantes.

Eu quero fazer uma última observação como conclusão, sobre um problema ligado à questão do equilíbrio. A maioria dos estudos sobre sociedades passadas feitos por historiadores não lidam com transformações ou transições estruturais em larga escala. É claro, sempre haverá mudanças históricas, e historiadores não apenas discutem isso em detalhe como querem efetivamente fazê-lo; o estudo da mudança no tempo é uma parte fundamental da atratividade da história para seus praticantes. Mas a maioria das mudanças históricas em todos os contextos acontece em meio a estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas que permanecem estáveis, às vezes por longos períodos de tempo: situações de equilíbrio, eu quero dizer. Estas situações de equilíbrio podem ser, e frequentemente são, analisadas pelos elementos que as tornam estáveis, ao invés de pelos elementos que potencialmente as levariam à mudança estrutural. De fato, um grande problema de qualquer análise estrutural abrangente, de larga escala, é que quanto mais abrangente mais ela tende a explicar a estabilidade, ao invés de transformações potenciais; esse foi um dos problemas com Althusser. Eu penso que existem razões extra-históricas para a preocupação recente com continuidades, pelas quais eu me sinto menos convencido. A mais importante destas é o acentuado declínio na crença em uma alternativa para o capitalismo em um futuro próximo. Eu acho que só agora está se tornando mais claro o quanto as análises das grandes transformações na história mundial no último meio século foram inconscientemente dependentes da crença de que a mudança futura das estruturas econômicas e sociais também seria possível. Falando como alguém que não acha que o capitalismo seja o único sistema econômico possível no futuro, eu só posso me lamentar por isso, ao mesmo tempo em que observo sua atual onipresença, mesmo, surpreendente, em uma época de crise econômica mundial. Portanto, minha discussão sobre equilíbrio aqui deve ser vista sobre um pano de fundo no qual o estudo de mudanças estruturais às vezes parece fora de moda; enfatizar o equilíbrio é, assim, na conjuntura atual, quase fácil demais. Mas o mínimo que

devemos fazer é reconhecer, empiricamente, a força considerável de situações de equilíbrio na história, a tendência documentada para inteiros sistemas socioeconômicos continuarem, de uma forma autoperpetuadora, frequentemente por centenas de anos. Se reconhecermos isso, e estudarmos como isso se deu, poderemos também ser capazes de identificar os modos como estes enormes sistemas podem, no fim, ser transformados de uma lógica econômica para outra.
